COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 5.243, DE 2016

Autoriza a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, a criar uma subsidiária integral, denominada Embrapa Tecnologias Sociedade Anônima – EmbrapaTec.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado RENATO MOLLING

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.243, de 2016, de autoria do Poder Executivo, autoriza a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, a criar uma subsidiária integral, denominada Embrapa Tecnologias Sociedade Anônima – EmbrapaTec.

O art. 1º da Proposição estabelece que Embrapa fica autorizada a criar, nos termos do art. 251 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, uma subsidiária integral, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, denominada Embrapa Tecnologias Sociedade Anônima – EmbrapaTec, com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração indeterminado. Já o art. 2º determina que a EmbrapaTec terá por objeto social a negociação e a comercialização das tecnologias, dos produtos e dos serviços desenvolvidos pela Embrapa ou por outra Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação – ICT, assim definida na forma do art. 2º, *caput*, inciso V, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e a exploração dos direitos de uso das marcas e dos direitos de propriedade intelectual deles decorrentes, de modo a promover a disseminação do conhecimento gerado pela Embrapa ou por outra ICT em prol da sociedade. O parágrafo único do art. 2º ainda estipula que a

EmbrapaTec poderá participar minoritariamente no capital de outras empresas, nos termos definidos no seu estatuto social, inclusive para as finalidades descritas no art. 5º da Lei nº 10.973, de 2004.

Segundo o art. 3º e seus incisos I a VI e parágrafo único, a Embrapa definirá critérios para a atuação da EmbrapaTec em relação: à participação minoritária no capital de outras empresas, inclusive quanto a eventual alienação dessa participação; à forma de participação em iniciativas e ambientes promotores da inovação, tais como polos e parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras de empresas; ao estabelecimento de diretrizes de gestão e formas de repasse de recursos; ao apoio a atividades de adaptação, validação e finalização de inovações para viabilização de negócios e exploração comercial; à prestação de serviços técnicos especializados; e à exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos serviços, dos direitos de uso de marcas e dos direitos de propriedade intelectual deles decorrentes, inclusive cultivares protegidas. Esses critérios serão definidos pelo Conselho de Administração da Embrapa e obedecerão aos princípios do desenvolvimento agrícola sustentável e da segurança alimentar e nutricional, considerando os diferentes públicos, regiões e cadeias produtivas da agropecuária brasileira.

O estatuto social da EmbrapaTec, o qual será proposto pelo Conselho de Administração da Embrapa e aprovado em assembleia geral, definirá, além das finalidades e do capital social e dos recursos financeiros, a composição, as atribuições e o funcionamento dos órgãos societários da empresa, decidem o art. 4º e seu parágrafo único. É fixado pelo art. 5º e seu parágrafo único que a EmbrapaTec estará sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, sendo que a EmbrapaTec poderá adotar, quando mais favorável, os mesmos procedimentos e valer-se dos mesmos incentivos, estímulos e facilidades aplicáveis às ICTs, conforme disposições da Lei nº 10.973, de 2004, e demais regulamentações aplicáveis.

A redação do art. 6º e seus incisos I a IV e parágrafo único expressa que é vedado à EmbrapaTec: criar subsidiária; receber recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para pagamento de despesas com

peçoal ou de custeio em geral, para suprir necessidade financeira ou cobrir déficit; executar atividades realizadas pela Embrapa; e compartilhar estruturas, custos ou pessoas com a Embrapa. As vedações quanto ao recebimento de recursos e o compartilhamento de estruturas, custos ou pessoas não se aplicam, respectivamente, ao aporte do capital inicial da EmbrapaTec e ao ano de constituição da empresa. O art. 7º assenta que fica dispensada a licitação para a contratação da EmbrapaTec para realizar atividades relacionadas ao seu objeto social.

Conforme o art. 8º e seu parágrafo único, o regime de pessoal da EmbrapaTec será o da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar, condicionada a contratação à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas editadas pelo respectivo Conselho de Administração. A EmbrapaTec poderá, em conformidade com a Lei nº 10.973, de 2004, celebrar contratos por tempo determinado, nos termos da legislação em vigor, mediante processo seletivo simplificado, os quais serão de até um ano e poderão ser prorrogados uma única vez.

Dispõe o art. 9º, no § 1º e seus incisos I a IV e no §2º, que a EmbrapaTec fica autorizada a constituir o Fundo de Apoio à Pesquisa, destinado a financiar as atividades de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação da Embrapa, aplicadas ao desenvolvimento da agricultura nacional. Esse Fundo terá como receita: os dividendos devidos pela EmbrapaTec à Embrapa; contribuições dos governos e dos organismos estrangeiros e internacionais; o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente; e outros recursos que lhe forem destinados. É competência da EmbrapaTec operacionalizar a aplicação desse Fundo, conforme dispuser a Embrapa. Por fim, prescreve-se, no art. 10, que esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

De acordo com a Mensagem nº 210, de 06/05/2016, torna-se importante o Projeto em razão de serem a agricultura e o agronegócio espaços privilegiados para novas estratégias de desenvolvimento nacional, tendo como imperativo estratégico a conquista da fronteira tecnológica. Uma das limitações à capacidade da Embrapa em contribuir para um novo impulso à agricultura

brasileira é a restrição à comercialização de seus inventos. Falta conexão dessa instituição com o mercado de inovações, para captar recursos externos, celebrar de forma célere parcerias com empresas para o desenvolvimento conjunto de inovações e licenciar e comercializar ativos e produtos no Brasil e no mundo. São destacados diversos bens públicos e conhecimentos produzidos pela Embrapa em benefício direto da sociedade brasileira, os quais são considerados fundamentais para a evolução e o aprimoramento contínuo dos sistemas produtivos e para a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas. Já outros bens públicos são criados mediante associação com o setor privado.

Avalia o Poder Executivo que a Embrapa, como instituição de pesquisa, não está habilitada a desenvolver produtos na configuração final ou em escala compatível com os volumes ou quantidades demandados pelos mercados nos quais a tecnologia pode ser aplicada no processo produtivo. Muitos ativos da empresa são desenvolvidos em pequena escala ou em escala laboratorial e, por conseguinte, necessitam de escalonamento, validação e finalização quanto ao processo industrial e à escala comercial para se tornarem viáveis economicamente e disponíveis amplamente. Uma vez que não há interesse por grandes empresas em diversos desses ativos de inovação, com pequeno potencial de mercado inicial, existe a necessidade de associação a pequenas e médias empresas ou o fomento à criação de *startups* ou ainda a incubação de empresas de base tecnológica. São necessários parcerias e negócios com empresas ou instituições que possuam os recursos, as estruturas e as competências mercadológicas complementares e adequadas para a incorporação das inovações da Embrapa ao mercado.

Por meio da EmbrapaTec, julga-se que a Embrapa passará a ter a liberdade de comercializar ativos tecnológicos e inovações (com base em novos produtos e insumos, conhecimentos protegidos e serviços técnicos especializados) de forma mais célere e profissional e também de se associar, de forma minoritária, com empresas de base tecnológica para desenvolver inovações. Desse modo, será possível ganhar capacidade e flexibilidade orçamentária, aumentar a taxa de conversão de conhecimentos e ativos de inovação em produtos comercializáveis e elevar as atividades inovadoras, ao

desenvolver produtos em parcerias com o setor privado, participando dos ganhos auferidos. A nova empresa poderá ter atuação em três frentes: empreendedorismo e incubação de empresas; fornecimento de subsídios e informações sobre a exploração comercial dos ativos de propriedade intelectual; e parcerias, compartilhamento e transferência de tecnologia. Nesses campos, atuariam tanto o pessoal técnico da Embrapa quanto o pessoal de formação em negócios, que comporá os quadros da EmbrapaTec, na missão de identificar, valorar e negociar produtos e ativos de inovação.

Também o Poder Executivo ressalta que a criação dessa subsidiária não dependente tem como finalidade principal concentrar e fortalecer a Embrapa no mercado de inovação tecnológica e arrecadar diretamente a receita própria desta empresa, evitando limitações da gestão orçamentária via Tesouro da União. Como a EmbrapaTec não receberia recursos financeiros da União, conformaria empresa não dependente e, portanto, seu orçamento corrente não precisaria ser aprovado pelas leis orçamentárias. Julga-se importante, para tanto, a criação da nova empresa como subsidiária integral, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, em respeito aos preceitos previstos no art. 37 da Constituição Federal de 1988 e definições e conceitos da Lei Complementar n.º 101, de 2000, da Lei n.º 6.404, de 1976, e o do Decreto-Lei n.º 200, de 1967.

Com respeito à tramitação, o Projeto de Lei n.º 5.243, de 2016, foi apresentado pelo Poder Executivo em 11/05/2016, pela Mensagem n.º 210, de 06/05/2016. A Proposição foi distribuída, em 18/05/2016, às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS); de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Finanças e Tributação (art. 54 do RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD). O Projeto está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões e ao regime de tramitação de prioridade.

Em 23/05/2016, a Proposição foi encaminhada à publicação e recebida pela CDEICS, na qual fomos designados como Relator, em 25/05/2016. Em 27/05/2016, foi aberto prazo para emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 30/05/2016). Em 08/06/2016, foi encerrado esse prazo, não

tendo sido apresentadas emendas. Em 15/03/2017, foi apresentado o Requerimento de Redistribuição n. 6097/2017, pela Deputada Tereza Cristina (PSB-MS) que requer novo despacho para o PL 5243/2016, a fim de incluir a tramitação do Projeto na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI. Em 09/05/2017, a Mesa Diretora indeferiu esse Requerimento, porque a matéria não se enquadra no campo temático da CCTI.

Nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, cabe a primeira apreciação da matéria quanto ao mérito, consoante os aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o nosso relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 5.243, de 2016, representa importante iniciativa para a expansão das atividades relacionadas à inovação tecnológica em setor significativo para a economia brasileira. A criação da EmbrapaTec, como subsidiária integral da Embrapa, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, constituirá avanço para a capacidade inovadora do agronegócio nacional e permitirá parceria virtuosa entre os setores público e privado no desenvolvimento empresarial no País.

A expansão da base científica já existente e a geração ampliada de conhecimento na pesquisa agropecuária realizada com excelência pela Embrapa serão fundamentais para aumentar a competitividade das firmas brasileiras. Devem ser repensadas as restrições existentes à ação dessa importante instituição pública no que diz respeito a captação de recursos externos, efetivação célere de parcerias e comercialização e licenciamento de seus inventos, para que se ampliem, de maneira cumulativa, as competências inovadoras nas cadeias produtivas no Brasil.

As aplicações dos produtos e insumos, conhecimentos protegidos e serviços técnicos especializados da Embrapa podem beneficiar ramos diversos na indústria e nos serviços e auxiliar na disseminação de

avanços tecnológicos em toda a economia brasileira, por meio do estabelecimento de instituição como a EmbrapaTec. O Sistema Nacional de Inovações brasileiro deve ser estimulado pela interação mais aprofundada entre a pesquisa pública e as empresas privadas, para a incorporação de inovações ao mercado. Esse aprendizado na economia possibilita a acumulação ampliada e a disseminação de conhecimentos que elevarão as capacidades das firmas no País.

A constituição da EmbrapaTec, conforme previsto na Proposição do Poder Executivo, permite a criação de parcerias que serão essenciais para fomentar pequenas e médias empresas, *startups* e a incubação de empresas de base tecnológica. Espera-se que recursos, estruturas e competências mercadológicas complementares do setor privado contribuam decisivamente com apoio importante para a expansão do agronegócio e de outros sistemas produtivos.

A perspectiva associada à instituição de nova empresa que galvanize as operações da Embrapa configura exemplo significativo de atuação estratégica do Estado no fomento do setor produtivo nacional. A ação governamental pode influenciar empreendimentos que resultem em melhor emprego do potencial e dos recursos existentes na economia brasileira. O aproveitamento mais apropriado das competências na pesquisa de alto nível, a inserção adequada de inventos no mercado e o desenvolvimento de novos negócios constituem ações imprescindíveis para incentivar o desenvolvimento econômico e social.

Diante do exposto, votamos pela **aprovação do Projeto de Lei nº 5.243, de 2016**, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, a criar uma subsidiária integral, denominada Embrapa Tecnologias Sociedade Anônima – EmbrapaTec.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado RENATO MOLLING
Relator